

Anais da Assembléia

CURITIBA, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buífera (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)

Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

SUPLENTE

(MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 175.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 9 de Novembro de 1972
(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella — Rosário Pitelli — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Odilon Reinhardt e Wilson Brandão (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 84/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 130/70, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, cria Inspetorias Regionais de Ensino, com sede em Rondon e Cidade Gaucha, cuja jurisdição abrangerá os Municípios de Indianópolis, Guaporema, Tapira, Nova Olímpia e dá outras providências. — Relatório da C.C.I., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 91/72.

Levanta-se a Sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 176.ª Sessão Ordinária
Realizada em 9 de Novembro de 1972
(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella — Rosário Pitelli — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Odilon Reinhardt e Wilson Brandão (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 60/72, do Senhor Alair Alves Pinto, Presidente da Associação Comercial e Industrial dos Municípios da Comarca de Nova Londrina, solicitando a intervenção desta Casa junto ao Governador do Estado, no sentido de dar maior assistência à estrada que liga Paranavaí a Nova Londrina. — Ao conhecimento da Casa.

Circular sob o n.º 33/72, do Senhor Francisco Moacyr Garcia, Presidente da Câmara Municipal de Mauá, Estado de São Paulo, comunicando que foi enviado ao Presidente da República, através da indicação n.º 171/72, de autoria do Senhor Vereador Aparecido Sanvidotto, ofício solicitando a extinção de taxa cobrada pelo Instituto Nacional de Previdência Social. — Ao conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para ver se há quorum.

O SR. PRESIDENTE — Será feita a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

Esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que repita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita novamente a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 8 Srs. Deputados. Não há quorum regimental nem para prosseguimento da Sessão.

Declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 10,00 horas, com a mesma

ORDEM DO DIA.

designada para a da Sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 177.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 10 de Novembro de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e João Fadel.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Buffara — Quielse Crisóstomo — Aguiinaldo Pereira Lima — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Igo Losso — João Fadel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet e Ovidio Franzoni (12); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Ivo Tomazoni — Domício Scaramella — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (35).

O SR. PRESIDENTE — Verificada a inexistência de número legal, deixo de abrir a presente

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação da Proposição n.º 91/72, convocando outra, Sessão Extraordinária para o dia 20 do corrente, segunda-feira às 14,30 horas com a mesma Ordem do Dia.

Levanta-se a Sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 178.ª Sessão Ordinária
Realizada em 10 de Novembro de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Marciano Baraniuk.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella — Rosário Pitelli — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

PEQUERIMENTOS

— de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.ºs. 30-72, 31-72, 32-72 e 33-72.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 160-72.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 189-72.

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei, que denomina de Ernesto Milani a unidade escolar do Distrito de Berda do Campo, Município de Quatro Barras.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo transcurso do 25.º aniversário de emancipação Política Administrativa do tradicional Município de Porto Amazonas, neste Estado, que ocorre em data de hoje, com ampla programação e festejos comemorativos.

Requero outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa ao Senhor Prefeito Municipal Anselmo Maba, para que traduza à população daquele Município a satisfação deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1972

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental a convocação, para segunda-feira, à Hora Regimental, de uma sessão extraordinária, para apreciação do Orçamento Plurianual e outras matérias de interesse.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1972

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a inserção nos Anais desta Casa, de voto de regozijo pela comemoração, no próximo dia 15 de Novembro, do 1.º Centenário da Imigração Italiana no Paraná.

Este acontecimento, que marca indelevelmente um dos mais importantes feitos da história paranaense, em razão de suas repercussões em nossa formação ética, social, econômica e política, tem, por outro lado, um outro aspecto positivo, pelos laços de amor e carinho que sempre ligaram o nosso país à República Ibérica.

O Consulado Geral daquela Nação européia em nosso Estado, a cuja frente se encontra o Dr. Franco Farinacci, elaborou, para aquela comemoração, um extenso programa, na qual terá aínda, a presença de S. Exa. o Embaixador Conde Ludovico Barattieri di San Pietro.

Pela magnitude do acontecimento é justo que se insira na Ata dos trabalhos desta Sessão, a manifestação de júbilo da população paranaense, comunicando-se àquela representação diplomática.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1972.

(a) Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de Curitiba estão de parabéns. Estão de parabéns porque estão faturando alto às custas da TELEPAR. E a prova disto, Srs. Deputados, está aqui na primeira página de todos os jornais com um comunicado da Direção da TELEPAR, com dinheiro do povo, à população que está adquirindo telefones no novo plano de ampliação da rede telefônica de Curitiba.

Em vez de responder ao Pedido de Informações, como manda a lei, está preferindo caminho mais dispendioso, que não é o correto, está dando informações, embora truncadas, através de comunicados diários à imprensa, inseridos nas primeiras páginas dos jornais e que devem estar custando o olho da cara não à TELEPAR, mas ao povo do Paraná, porque a TELEPAR gira com dinheiro público.

Toda a Casa deve estar lembrada que endereçamos Pedido de Informação ao Secretário de Viação e Obras, a quem está subordinada a TELEPAR, e em virtude do Estado ser o maior acionista daquela empresa de telecomunicações, fazendo algumas observações a alguns pontos que nos pareciam passíveis de críticas e dúvidas com respeito ao novo plano de ampliação da rede de telefones de Curitiba.

Naquela oportunidade, dizíamos que, em virtude de não ter sido feita concorrência pública, estranhava a forma pela qual a TELEPAR chegara à conclusão de que os telefones custariam Cr\$ 4.090,00 cada um, quando sabemos que aqui no Paraná, em Londrina o mesmo telefone é vendido a Cr\$ 2.600,00. Elaboramos uma série de indicações da mais alta relevância e do maior interesse público e até agora não tivemos a satisfação de receber a resposta àquelas informações. É bem verdade que não transcorreram os trinta dias de prazo que prevê a lei para que o Governo responda Pedidos de Informações a esta Casa. Embora não tenham transcorrido esses trinta dias, não se justifica o fato da TELEPAR, vir através da imprensa, responder sub-repticiamente ao nosso Pedido de Informações. Além disso está procurando, de uma maneira que não aceitamos, inverter a verdade dos fatos.

Diz no comunicado de hoje no item primeiro: — "Que o custo da obra foi orçado à base de 105.524.479 básico para junho de 72".

Ora, se não foi realizada concorrência pública, gostaríamos de saber de que maneira a TELEPAR chegou à conclusão de que cada aparelho custará Cr\$ 4.090,00. Não foi realizada concorrência pública mas sabemos que já existe uma empresa escolhida para executar os serviços. Não dizemos o nome da empresa porque não temos as provas na mão, mas sabemos, inclusive, que essa empresa está contribuindo com parte do custo da campanha publicitária que está sendo mantida pela TELEPAR para a colocação dos aparelhos telefônicos que oferece à venda.

Diz aqui no item segundo: "Que o Ministério das Comunicações ao aprovar os planos de obras de telefonia, é que estabelece os preços quer para pagamento à vista, quer para pagamento a prazo.

Não existe cobrança de juros no plano de expansão de Curitiba.

Juros e Correção Monetária são taxas distintas.

A portaria 415 do Ministério das Comunicações instituiu apenas a correção monetária para os casos em que o pagamento é parcelado.

Qualquer contestação a essa determinação emanada do poder concedente deve ser a ele endereçada.

É aí que eu não recebo aulas da Direção da TELEPAR. Se nós comprovarmos que o abuso contra os adquirentes dos novos telefones estiver sendo perpetrado através de ato emanado do Governo Federal, nós iremos a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, com o mesmo Pedido de Informações, porque a Revolução de 1964 pode ser inatacável na sua filosofia de Governo, na sua filosofia democrática, mas nunca nos seus atos quando um ato menos justo emanado do Governo Revolucionário for passível de crítica, nós estaremos nesta Tribuna para criticá-lo sem nenhum receio do Poder Revolucionário; nós aqui só temos receio do povo, que é quem nos paga para estarmos aqui defendendo aos seus interesses junto ao Governo Estadual e Federal, pois, se nós soubermos que o abuso contra o adquirente do telefone partir do Poder Central, do Ministério das Telecomunicações, nós iremos ao Sr. Ministro das Telecomunicações levar as queixas do povo curitibano, porque juros é uma coisa, correção monetária é outra, não é preciso virem ensinar-me isso, eu sei perfeitamente!

Acontece que estão cobrando taxas de juros, sobre quem paga o telefone em prestações. Correção monetária — os índices são fornecidos anualmente pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Ministério da Fazenda, e não o foram ainda para o corrente exercício, portanto, não podem estar estabelecendo as quotas para cobrar a mais, dos prestamistas. Estão cobrando é juros, no duro! E como é que a TELEPAR pode fixar o preço do tele-

fone, se não abriu concorrência pública? É isso que nós queremos saber. Dizer que se aplica correção monetária no custo do telefone porque não há um reajuste de preço daqui a 30 meses, é pura balela, porque, já aplicaram por antecipação, no próprio preço. Hoje, o custo de um telefone é 2.600,00 cruzeiros — os últimos índices da desvalorização da moeda fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, giram em torno de 20%; se a TELEPAR se propõe a entregar o telefone em 30 meses a partir da data do lançamento da campanha de vendas, 30 meses, se não me engano, são dois anos e meio, são 50% de previsão da desvalorização da moeda. Se até lá o Governo, com as medidas louváveis que vem tomando no sentido de debelar a inflação no nosso País não conseguir reduzir a taxa inflacionária, são 50% — 50% de 2.600 são 1.300, 2.600 com 1.300 são 3.900, então estão cobrando o telefone, 4.090, e quem fornece o dinheiro para comprar a vaca, que é o telefone, ainda tem que pagar juros sobre o seu próprio investimento, quando a obrigação da TELEPAR seria fazer o que fez o Prefeito Ivo Arzua Pereira, no passado: — lançar uma campanha de ampliação de rede, através de um Fundo Municipal de Telefones, que administrou com decência, honradez e correção, o dinheiro do povo; implantou a nova rede de telefones, ampliou a rede telefônica e, no fim, devolveu ações do dinheiro investido e ainda juros, porque soube bem, aplicar o dinheiro do povo. E a TELEPAR diz aqui, que deposita no Banco do Estado. Depositar no Banco do Estado não é aplicar bem o dinheiro, tem que aplicar este dinheiro, para evitar os efeitos corrosivos da inflação. É isto que a TELEPAR tem que fazer, e nós estamos aqui para zelar pelo dinheiro do povo. Não virem nos dizer para nos dirigirmos ao Governo da Revolução! Se o Governo da Revolução estiver errado nós iremos lá dizer ao Governo da Revolução, que está errado, porque nós somos a favor do Governo da Revolução na sua filosofia de Governo, mas nos atos passíveis de críticas nós estaremos nesta Tribuna livre que o povo nos conferiu, para fazer estas críticas quando necessárias. É isto que o próprio Presidente da República quer, que os homens bem intencionados deste País levem ao conhecimento do Governo da Revolução, os atos menos dignos que se cometam contra o povo. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente e nem oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 316-70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, dá nova redação à Lei n. 6.156, de 2 de outubro de 1970. (Enquadramento de Professores no Curso Secundário). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 58-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de Água Esgoto, os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 163-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 41-72, encaminhando proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos de Administração Estadual, para o triênio 1973-1975. Com parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 144-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, cria um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Com SUBSTITUTO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 144-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de julho de 1971.

a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente Projeto de Lei, decorre, que no corrente ano letivo de 1971, no Distrito de Braganey, funciona uma extensão do Ginásio Estadual "Amâncio Moro", de Corbélia, com parte administrativa e em duas turmas da primeira série, estudam 59 (cinquenta e nove) alunos.

Esta nossa solicitação se prende ao fato da dificuldade que possa a Direção do Ginásio Estadual "Amâncio Moro", em atender essa extensão, devido a distância entre a sede do Município e o Distrito supra citado ser de 23 (trinta e oito) quilômetros.

Estas são as razões que nos levaram a apresentação deste Plano de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 144-71

AUTOR: Dep. Fuad Nacli

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey de Corbélia, na forma e como especifica.

PARECER

1) — A iniciativa supra apontada vem articulada e justificada, atendendo, desta forma, a exigência contida no artigo 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Da forma como está redigida a referida Proposição apresenta vício de ordem constitucional e legal, razão pela qual e com o feito de corrigi-lo, apresentamos o substitutivo geral anexo.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o Projeto.

3) — Assim sendo, opinamos pela sua aprovação, desde que obedecido o substitutivo já aludido.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho — Arthur de Souza — Igo Losso

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 144-71

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Distrito de Braganey, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 144-71

1) — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça examinando a matéria opinou favoravelmente à sua aprovação.

3) — Sob o aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Fual Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt — Antônio Lopes Júnior — João Fadel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 144-71

Tratam os autos de Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a criar, no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

O presente Projeto de Lei trata de proporcionar à população do referido Município, melhores condições de ensino atualmente vigente.

O objetivo da medida preconizada é oportuno e legítimo.

O seu aspecto legal e constitucional já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente na forma do substitutivo geral anexo.

Sob o aspecto financeiro, pronunciou-se pela aprovação a Douta Comissão de Finanças.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto, obedecido o SUBSTITUTIVO GERAL já aludido.

É o parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Antônio L. Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Gabriel Manoel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 156-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 156-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de agosto de 1971.

a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Projeto de Lei decorre que no Distrito de Ouro Verde, grande número de crianças e também de Professores de Ensino Primário sem Habilitação desejam cursar o primeiro ciclo e por falta de estabelecimento não podem continuar seus estudos.

Estas são as razões que nos levaram à apresentação deste Projeto de Lei para qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 156-71

AUTOR: Dep. Fuad Nacli

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia um Ginásio Estadual, na forma e como especifica.

PARECER

1) — A Proposição ora em exame foi elaborada de conformidade com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Da maneira como vem redigida a mesma iniciativa, verifica-se a mesma apresenta óbice de ordem constitucional e legal. Assim, pois, para corrigir tal distorção, apresentamos o substitutivo geral anexo.

Quanto a oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa que acompanha o Projeto.

3) — Nestas condições, opinamos pela sua aprovação, desde que obedecido referido substitutivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho — Arthur de Souza — Igo Losso

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 156-71

SÚMULA: Autorizo o Poder Executivo a criar, no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, na forma que especifica. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 156-71

A medida é das mais oportunas, pois trata da criação de estabelecimento de ensino, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta óbice de ordem financeira.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

João Fadel — Relator

Odilon Reinhardt — Antonio Belinati

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 156-71

O presente projeto de lei, visa a criação de um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde.

Recebeu da Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável na forma de substitutivo tornando em medida autorizativa.

Por parte da Comissão de Finanças, recebeu também parecer favorável, por não ferir legislação financeira.

A comunidade de Ouro Verde, gerou os problemas e as situações, solicitando por intermédio de seu representante na Assembléia Legislativa a regularização que gerará, sem dúvida, desenvolvimento educacional para todo o Estado.

Esta Comissão, que aprecia o mérito de iniciativas desta natureza, em razão do acima exposto, opina favoravelmente a concessão do pleiteado.

Sala das Comissões, em... de 1972.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Arizone Araújo

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 249-71, de autoria dos Deps. Quielses Crisóstomo da Silva e Arthur de Souza, autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 249-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

aa) Quielse Crisóstomo da Silva e Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

Existe no Distrito de Bentópolis, uma população de 130 alunos nas 4 (quatro) Séries Ginasiais, que são obrigados a se deslocarem para a sede do Município a fim de estudar. Desta maneira, justifica-se plenamente a criação do Ginásio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 249-71

AUTOR: Dep. Quielse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci, na forma e como especifica.

PARECER

1) — O Projeto de Lei em tela vem articulado e justificado, na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se de simples autorização legislativa, e, além do mais, não fere qualquer preceito de ordem constitucional e legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a contestar.

3) — Nestas condições, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai — Borsari Netto — Cândido M. de Oliveira — Armando Queiroz — Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 249-71

A medida é das mais oportunas, pois trata da criação de estabelecimento de ensino, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta nenhum impedimento de caráter financeiro.

Somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Gabriel Manoel — Mauricio Fruct — Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 249-71

1) — O Projeto de Lei em pauta, está plenamente justificado pelo Regimento Interno.

2) — Além do mais, trata-se de mera medida autorizatória, não ferindo qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em...

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Arizone Araújo

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 79-72, de autoria do Dep. João Fadel, autoriza o Poder Executivo a criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada, Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 79-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Empresa Pública de Economia Mista, sob a denominação de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU.

§ 1.º — A autarquia exercerá as suas atividades nos Municípios integrantes da região do Vale do Iguaçu, através de pesquisas, levantamentos sócio-econômicos e assistência técnica e financeira nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo, energia elétrica, educação, transporte, comunicações, saneamento e saúde, mobilizando recursos para reativação do processo de desenvolvimento integrado de toda a área.

§ 2.º — Para fins de estabelecimento dos limites de sua área de atuação o Governo do Estado deverá definir em Lei os Municípios que pertencem à região agro-econômica do Vale do Iguaçu.

Art. 2.º — Na constituição da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU, o Governo do Estado reservará para si através dos órgãos que entender devam integrar a entidade o índice de 51% (cinquenta e um) por cento do total do capital social que vier a ser fixado, deixando os restantes 49% (quarenta e nove) por cento à subscrição de agências financeiras particulares ou estatais, a órgãos do Governo Federal e a iniciativa privada, nas pessoas física ou jurídica.

Art. 3.º — A presente Lei deverá ser regulamentada pelo Governo do Estado, através de decreto que passará a fazer parte integrante da mesma, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua sanção.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1972

a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de Lei tem por objetivo instrumentar adequadamente o Governo do Estado para que possa vir a ter possibilidade de atuar efetivamente na região geo-econômica do Vale do Iguaçu dentro de um planejamento global que enseje a reativação do processo de desenvolvimento dos Municípios que da mesma fazem parte, promovendo a superação das causas determinantes do retrocesso econômico da área e, enfim, impulsionar a reintegração das unidades municipais e suas populações na dinâmica de evolução tecnológica e desfrute do bem estar social imperantes no contexto estadual, globalmente considerado.

Entretanto, esta intervenção do Poder Público há que ser feita por método planejado, tendo por agente uma entidade que possa não só dedicar-se às pesquisas para verificação da realidade sócio-econômica da região como um todo e de cada um dos seus municípios, mas, também, com capacidade de concretizar dinamicamente as soluções propostas para os problemas identificados, seja por atuação direta de sua própria estrutura, seja como agente intermediário dos demais setores governamentais ou da iniciativa privada que persigam o objetivo comum na promoção de condições para a retomada do processo de desenvolvimento do VALE DO IGUAÇU.

Foi dentro deste entendimento que nos propusemos apresentar o presente projeto de lei que cria a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU, sendo de salientar-se que optamos por uma empresa pública de economia mista porque um órgão desta natureza dentro da sistemática do Governo Federal de Ampliar cada vez mais o espectro dos incentivos e recursos fiscais para zonas de recessão econômica, tem melhores condições para firmar convênios e acordos dada à flexibilidade da estrutura jurídica e administrativa, além de possibilitar também o concurso, na formação de seu capital social, de outros órgãos estatais ou para-estatais, além de empresas privadas, sejam pessoas físicas, sejam jurídicas.

Feitas estas considerações mas levando-se em conta a necessidade de melhor projeção dos problemas que estão a estrangular o desenvolvimento regional do VALE DO IGUAÇU passaremos a fazer uma rápida análise descritiva da área, com alguns comentários a respeito dos índices porcentuais de população urbana e rural, densidade demográfica e aspectos físicos da região.

1. A REGIÃO

O VALE DO IGUAÇU — alto e médio —, compreende as micro-regiões de São Mateus do Sul, cujo relevo apresenta-se bastante movimentado. A cobertura vegetal é, predominantemente, a mata de araucária sendo a atividade de madeira bastante expressiva. A economia da região se baseia na agricultura de subsistência. Atividade Pecuária na criação de suínos é também significativa. Ocorrência de xisto betuminoso com reserva prospectada considerada a maior do mundo; e a do médio iguaçu, que apresenta características físicas variadas. No trecho oriental das superfícies são elevadas com encostas rígidas; no trecho oriental, os níveis não mais baixos, com formas suaves. A mata de araucária está disseminada por toda região, sendo que nos campos é praticada a pecuária extensiva do gado de corte. No alto e médio VALE DO IGUAÇU é encontrada a erva mate, se bem que a cultura esteja em fase de decadência.

Integram a região do VALE DO IGUAÇU as cidades de Antonio Olinto, Balsa Nova, Contenda, Paulo Frontin, Paula Freitas, Pôrto Amazonas, Pôrto Vitória, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e União da Vitória, com área total de 13.064 (treze mil e sessenta e quatro) quilômetros quadrados equivalente a 6,56% da área total do Estado; e com uma população de 169.382 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois) habitantes, representando 2,44% do total demográfico do Paraná.

2. AS CIDADES

Quase todas as cidades do VALE DO IGUAÇU desenvolveram-se em decorrência do surto da erva mate, em fins de século XIX e com apogeu nos princípios de século XX, quando o Paraná alcançou a liderança nacional na produção ervaiteira.

As populações das cidades são constituídas eminentemente pelas correntes migratórias procedentes da Europa central e oriental que transplantaram para o novo "habitat" seus usos e costumes na relação homem/terra com significativos reflexos no desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região.

2.1. DEMOGRAFIA

Nenhuma das cidades integrantes do VALE DO IGUAÇU atingiu nível de grande centro urbano em virtude de suas populações se radicarem predominantemente na zona rural, sendo, por isso, relativamente escassa a densidade demográfica das áreas urbanas, conforme se vê do quadro abaixo:

MUNICÍPIOS

POPULAÇÃO

	URBANA	RURAL
ANTONIO OLINTO	217	6.986
BALSA NOVA	1.235	3.502
CONTENDA	1.135	6.134
PAULO FRONTIN	793	4.527
PAULA FREITAS	588	4.135
PORTO AMAZONAS	2.202	735
PORTO VITÓRIA	692	2.433
SÃO JOÃO DO TRIUNFO	1.173	9.141
SÃO MATEUS DO SUL	6.147	17.583
UNIÃO DA VITÓRIA	20.133	9.941

FONTE: SINOPSE PRELIMINAR DO SENSO DEMOGRÁFICO NO PARANÁ — IBE, 1970

Por outro lado a densidade demográfica do VALE DO IGUAÇU, como um todo, também não acompanhou o índice de crescimento anotado para as demais regiões do Estado conforme pode-se verificar no quadro demonstrativo adiante:

DECÊNIOS	INCREMENTOS POPULACIONAIS	
	ESTADO	VALE IGUAÇU
1940/1950	71,12%	12,11%
1950/1960	103,09%	8,01%
1960/1970	62,87%	11,56%

FONTE: CITADA

Verifica-se na consulta deste quadro que é grande o grau de aceleração de retrocesso econômico da região, pois, justamente quando o Estado do Paraná alcançou seu maior índice de aumento demográfico é que o VALE DO IGUAÇU atingiu sua mais baixa taxa de aumento (?) populacional.

2.2 — ESTRUTURA

Com a decadência da cultura ervaiteira e a paralização da navegação de cabotagem que iniciando-se em Pôrto Amazonas estendia-se por mais de 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros pelo leito do Rio Iguaçu levando o progresso a todas as cidades do vale, alguns Municípios, ante a evidência da impossibilidade de uma reversão de expectativa pretenderam uma derivação para a indústria madeireira, que, no entanto, não pode expandir-se significativamente devido ao isolamento da região, que não dispunha como ainda não dispõe, de sistema rodoviário que possibilite o escoamento satisfatório da produção.

De um modo geral inexistindo infra-estrutura econômica definida no bônus transportes e comunicações e infra-estrutura social representada por educação e saneamento, a região não teve como superar a fase de estagnação e, após resistir algum tempo com os meios que lhe eram residuais, viu acelerar-se o processo de regressão econômica, que não pode ser detida também pela atividade agrícola dado o relativo atraso de toda a região na técnica de cultivo da terra para alcançar significativos índices de produtividade.

2.3 — INTEGRAÇÃO

O Rio Iguaçu tendo sido sempre o único meio de comunicação da região com os centros urbanos constituiu-se, também, fim do ciclo da erva mate em fator de isolamento das cidades do vale que se viram marginalizadas social, econômica e culturalmente do contexto de desenvolvimento das demais regiões do Estado formando ali um bolsão de atraso e de resistência ao progresso.

Foi causa eficiente para o fenômeno a omissão do Poder Público que em seus programas de transporte e comunicações nunca incluiu a região no esquema de investimentos, além de haver permitido que agências de serviço público — Bancos, Postos de Saúde e Escolas —, deixassem de funcionar ou exercessem atividade a título precário criando no espírito daquelas populações a certeza de uma condenação sem justificativa, mas que foi e está sendo executada com inexorabilidade.

Ramais ferroviários foram suprimidos sob alegação de elevado custo operacional e baixa rentabilidade; a atividade agrícola não recebeu incentivos de financiamento nem orientação técnica que lhe possibilitasse evolução dentro dos modernos padrões de produção; a pecuária não foi beneficiada nos programas de renovação dos rebanhos e melhoria dos plantéis; a indústria não recebeu nenhum incentivo de ordem fiscal ou financeiro que lhe ensinasse fixação na região; finalmente, o comércio, como corolário natural de todos esses fatores negativos entrou em fase de desmoronamento pois uma eventual tentativa de sua ampliação via-se barrada pela impossibilidade de rendimento, já que o poder aquisitivo das populações deixou a nível ínfimo pela redução do meio circulante.

E, paradoxalmente, a energia elétrica cuja ausência é fator preponderante no impedimento de qualquer área econômica, ali no VALE DO IGUAÇU é abundante, sendo que a oferta supera de muito a demanda.

Com estas considerações damos por terminada a rápida descrição analítica da região do VALE DO IGUAÇU e pelos fatos constatados podemos firmar diagnóstico de que atual situação de decadência econômica — principalmente —, da área, é devida a ausência do Poder Público que deveria atuar como elemento impulsionador do desenvolvimento, justamente quando a significação sócio-econômica da cultura da erva mate começou a decair.

Assim, o presente projeto de lei pretende, com a criação da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU o seguinte:

I — que o Governo do Estado adote uma política de engajamento decisivo para promover a reintegração sócio-econômica-cultural dos municípios da re-

gião, abandonando a postura do comprometimento mínimo como até agora, incompreensivelmente, se tem colocado.

II — que aceite a responsabilidade de financiar a execução de um programa integrado de desenvolvimento da região, a longo prazo, sem deixar de atender às suas necessidades imediatas nos pontos mais críticos da estagnação econômica.

III — que os financiamentos dos diversos programas se façam predominantemente com fundos públicos, e secundariamente por inversões privadas, visto que a tarefa mais imediata seria a construção da infra-estrutura econômica — transportes e comunicações —, e da infra-estrutura social — educação e saneamento —, campos em que a atividade estatal por variadas razões, inclusive as de segurança, deve exercer papel predominante.

IV — que os empréstimos e financiamentos fossem realizados em condições flexíveis, facilitando-se não só a aquisição de máquinas e equipamentos mas também despesas locais de construção, a prazos longos e juros baixos em vista da rentabilidade lenta ou indireta dos investimentos.

Com este elenco de sugestões a que podem ser anexadas outras que deem maior extensão e profundidade à atuação da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU, cuja criação estamos propondo à consideração do ilustrado plenário desta colenda Assembleia Legislativa, o Governo do Estado ficará capacitado a agir eficientemente contra as causas estruturais que determinaram a regressão econômica da região, sendo que a entidade elaborará programas específicos para cada município, individualmente, mas integrados no planejamento global da área a que, de modo geral, poderá ser orientado nas seguintes linhas:

A — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FAVORECIMENTO E INCENTIVO AS INDÚSTRIAS DA REGIÃO

- a.1 — criação de um Fundo de Financiamento destinado a financiar operações de compra de máquinas e equipamentos de produção estadual, com recursos provenientes de linhas de crédito do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP —, e através de acordos e convênios especiais com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE.
- a.2 — criação de fundo de financiamento de capital de giro às empresas produtoras de bens manufaturados, através de linhas de crédito obtidas por acordos ou convênios com agências financeiras, oficiais ou particulares.
- a.3 — criação de fundo de pré-investimento para financiamento de projetos de implantação de novas unidades industriais, através de linha de crédito a ser obtida, através de convênio ou acordo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE.

B — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPULSO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

- b.1 — promover a eletrificação rural através da Companhia Paranaense de Eletricidade — COPEL —, após a formação de cooperativas de moradores de cada zona a ser beneficiada e sob orientação do Governo Federal que mantém programas especial no setor.
- b.2 — promover a construção de uma rede de silos e armazéns, através da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA —, para preservação da produção agrícola da região e garantia de compensação financeira ao produtor.
- b.3 — promover a elevação dos índices de produtividade, através de convênio com a ACARPA, após haver sido procedida a análise de solo das diversas áreas, para identificação do tipo de cultura adequada à cada uma.

C — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA

- c.1 — elevar o grau de escolaridade da região através da disseminação de unidades escolares em toda a área e instituição de calendário agrícola especial, pela Secretaria de Educação e Cultura.
- c.2 — promover a criação de cursos técnicos de nível médio, nos centros urbanos mais significativos da região através da Fundação de Desenvolvimento do Ensino no Paraná — FUNDEPAR, e por convênios com o Governo Federal.

C — MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA APROVEITAMENTO DA DESENVOLVIMENTO

- d.1 — restabelecer a navegação de cabotagem no Rio Iguaçu, em toda extensão navegável, e promover a dragagem dos baixios para aproveitamento de toda a hidrovia.
- d.2 — incentivar a implantação de indústria — naval de pequeno porte.
- d.3 — incentivar programas de saneamento das cidades da região através da assistência da SANEPAR e com financiamento e entidades nacionais e internacionais.
- d.4 — executar programa especial nos setores de transportes e comunicações pelo menos para as cidades-polo da região.
- d.5 — promover convênio com a Companhia de Petróleo Brasileiro — PETROBRAS —, no sentido de que a Usina do Xisto, em São Mateus do Sul promova investimentos de fundo social visando o desenvolvimento daquela comunidade e das demais que lhe estão próximas.
- d.6 — orientar as prefeituras municipais das cidades da região, através da FAMEPAR — ou por convênios com órgãos municipalistas federais, na elaboração dos programas plurianuais de investimentos e fixação de prioridades para obras de infra-estrutura.
- d.7 — criar um programa de turismo para a região através de convênio com a Companhia Paranaense de Turismo — PARANATUR —, visando a implantação de unidades de suporte como comércio hoteleiro e de artesanato regional.

São estas as coordenadas através das quais podemos antever a redenção do VALE DO IGUAÇU e que foram coligidas após estudo da realidade sócio-econômica-cultural da região e de fatores exógenos que também influíram no retrocesso de toda aquela área. Evidentemente, um órgão como a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU não esgotará suas finalidades apenas no cumprimento das medidas propostas pois a natural evolução da tecnologia e sua aplicação determinará novos horizontes operacionais e, a longo prazo, ou se formos otimistas e médio prazo, ela poderá vir a ter importância primordial na ordenação do processo de desenvolvimento de todo o sul do Estado do Paraná, bastando, para isso, que, sendo criada como agora estamos propondo, a sua regulamentação pelo Governo do Estado seja balizada pela característica de órgão técnico de planejamento e que suas decisões se baseiem sempre em estudos e levantamentos de cada área onde pretenda atuar, sem perder de vista a globalidade do programa geral.

Além do mais, dispondo o Paraná de uma classe empresarial ativa e progressista, fácil será antever-se um interesse dinâmico e presença efetiva da

mesma assim que lhe forem criadas condições mínimas de operar com certa margem de segurança e garantia de rentabilidade, sendo certo e do conhecimento geral que o comércio e indústria devemos a posição especial do Estado na colaboração para elevação do produto bruto nacional.

Finalmente é oportuno salientarmos que a refinaria de petróleo que a PETROBRAS está fazendo construir no Município de Araucária, dado a grandiosidade da obra e o vulto dos investimentos que ali serão aplicados também agirá como polo irradiador do desenvolvimento de todo o VALE DO IGUAÇU e que caberá à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU orientar adequadamente a captação e aplicação dos recursos na própria região.

Invocando os suprimentos dos nobres Deputados para completarem o que fizemos na sucinta análise da situação e justificativa do projeto de lei ora apresentado, queremos aqui reiterar nossa certeza de que a proposição receberá o honroso e indispensável apoio do povo do Paraná aqui representado porque, em última instância, ele visa dar à ponderável parcela de nossa população o ensejo de sobrepujar a miséria e o atraso e reintegrar-se no concerto de progresso e desenvolvimento que empolga nosso Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 79/72

AUTOR: Deputado João C. Fadel

SÚMULA: autoriza o Poder Executivo a criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada "COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU", e dá outras providências.

PARECER

Submete-se à consideração e apreciação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado João C. Fadel, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar uma Empresa Pública de Economia Mista denominada "COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU", e dá outras providências.

A medida proposta no Projeto é de inteira oportunidade.

A brilhante justificativa do autor da proposição nos convence da necessidade de instrumentar adequadamente o Governo do Estado, para que disponha de condições para atuar efetivamente na Região Geo-Econômica do Vale do Iguaçu, dentro de um planejamento global que possibilite a reativação do processo de desenvolvimento dos Municípios que da mesma fazem parte.

A opção por uma Empresa Pública de Economia Mista para tal empreendimento, foi das mais felizes, pois tem melhores condições de atuação dada à flexibilidade da estrutura jurídica e administrativa que a constitui.

A medida se me afigura digna de ser acolhida.

Pela aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28-6-72

22) — Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Paulo Camargo

Emílio Carezzai

Santos Lima

Mzurício Fruet

Igo Lessio

Luiz R. Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 79/72

AUTOR: Deputado João C. Fadel

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada "COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU", e dá outras providências.

PARECER

O desiderato da presente proposição, de autoria do nobre Deputado João C. Fadel, é autorizar o Poder Executivo a criar uma Empresa Pública de Economia Mista denominada "COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU".

Sob o aspecto legal e constitucional a Douta Comissão de Constituição e Justiça já pronunciou-se favoravelmente.

Sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar nada temos aapor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 23 de agosto de 1972

22) — Fuad Nacii — Presidente...

David Federmann — Relator

Antônio Lopes Júnior

Jorge Sato

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/72 de autoria do Dep. João Mansur, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 138/72

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, fundada em data de 02 de agosto de 1958.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

a) Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, vem desde 02 de agosto de 1958, data em de sua fundação, prestando relevantes serviços a coletividade, sendo justo o plano que visa declarar de Utilidade Pública a referida Associação.

Para melhores esclarecimentos, juntamos os Estatutos e Certidão de Registro da Associação em apreço, contando com o integral apoio dos meus nobres Pares, com assento neste Poder Legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 138/72

PARECER

1) — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado João Mansur, visa declarar de utilidade pública a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

2) — Referida proposição está de acordo com o que dispõe o artigo 123 e parágrafos do Regimento Interno.

3) — A medida é oportuna e pela justiça de que se reveste o projeto não há restrição a fazer, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua Apropriação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido Martins de Oliveira

Luiz Roberto Soares

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 25.º aniversário de emancipação Política Administrativa do Município de Porto Amazonas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela comemoração, no próximo dia 15 do corrente, do 1.º Centenário da Imigração Italiana no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, aos Projetos de Resolução n.ºs. 30-72, 31-72, 32-72 e 33-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 199/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n.º 160-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n.º 189-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente solicitando convocação extraordinária para segunda-feira, à Hora Regimental, para apreciação do Orçamento Plurianual e outras matérias de interesse. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando uma Sessão Extraordinária para segunda-feira, dia 13 à Hora Regimental, com a seguinte

CRDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 58-72 e 163-72.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 144-71, 156-71, 249-71, 79-72 e 158-72.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 240-71 e 160-72.

Levanta-se a Sessão.